

3º FORUM DE GOVERNANÇA DE INTERNET
“A Internet que queremos, empoderando as pessoas”

Relatório

O Fórum de Governança da Internet (IGF) é uma iniciativa apoiada pelas Nações Unidas que reúne pessoas e organizações de vários grupos de partes interessadas em igualdade para discutir questões de políticas públicas relacionadas à Internet. Este 3º FORUM DE GOVERNANÇA DE INTERNET sob o lema “*A Internet que queremos, empoderando as pessoas*” reuniu no dia 20 de junho de 2023, na Universidade de Cabo Verde, um grande número de pesquisadores, professores, decisores políticos, técnicos e especialistas da área de Internet, e alguns professores também dedicados aos estudos do processo e uso da língua portuguesa no espaço online, para além de estudantes universitários. O evento foi realizado em um formato híbrido, com transmissão via *streaming*, a fim de alcançar um público mais amplo. O IGF-Cabo Verde estabeleceu-se como um fórum importante para debates científicos, tecnológicos e de gestão, além de ser um espaço privilegiado para divulgar as atividades e o conhecimento produzido na área da governança da Internet.

Temas

Sessão de Abertura

Painel 1 – Juventude e a governança da Internet – Apresentação do Youth IGF Cabo Verde

Painel 2 – Liberdade de expressão e combate à desinformação online

Painel 3 – Educação digital e alfabetização tecnológica

Painel 4 – A presença do português na Internet e nas tecnologias linguísticas e implicações na governança da Internet

Painel 5 – Inclusão digital: Desafios da Conectividade

Painel 6 – Proteger a Internet: Melhorar a segurança online para todos

Sessão de Encerramento

SESSÃO DE ABERTURA

Intervenção do Administrador da ARME, Dr. João Tomar

Na Sessão de Abertura do IGF-Cabo Verde o Administrador-Executivo da ARME salientou o facto de haver desafios que devem ser enfrentados de forma conjunta, tais como a inclusão digital, a segurança cibernética, a liberdade de expressão, a privacidade dos dados e a igualdade de acesso.

“O Governo de Cabo Verde tem reconhecido a importância da Internet e tem trabalhado arduamente para promover um ambiente seguro, inclusivo e aberto para todos os cidadãos cabo-verdianos”, afirmou Dr. João Tomar que apelou para que a ARME, operadoras, Universidades e a sociedade civil e outros actores relevantes se unam em uma abordagem colaborativa para enfrentar os desafios e explorar as oportunidades apresentadas pela governança da Internet.

Para o Administrador da ARME, este 3º Fórum IGF é uma oportunidade valiosa para trocar conhecimentos e aprender uns com os outros e assim moldar um futuro mais justo e equitativo.

Eng.ª Suzete Centeio

Representante da ARME - Ponto Focal da IGF - Cabo Verde

Nota introdutória do 3º FORUM DE GOVERNANÇA DE INTERNET

Relembrou que em 9 e 10 de dezembro de 2020 foi realizado o 1º FORUM DE GOVERNANÇA DE INTERNET de Cabo Verde, sob o lema “Internet, Pandemia e Sustentabilidade”, evento totalmente online. O 2º FORUM DE GOVERNANÇA DE INTERNET foi realizado no dia 23 de junho de 2021 sob o lema “Conectividade acessível, significativa para todos, como motor do desenvolvimento sustentável”, também realizado online.

Como apontou, o IGF informa e inspira as pessoas com poder de decisão, tanto no setor público como no privado para abordarem as oportunidades e encararem os riscos e desafios que possam surgir. A proposta da equipa organizadora deste evento é apresentar um programa abrangente para refletir e debater de forma aberta e interativa como deve ser governada a Internet, tema cada vez mais relevante nos panoramas nacional e internacional.

PAINEL 1

Eng.ª Leida Correia e Silva

Juventude e a Governança da Internet – Apresentação do Youth IGF Cabo Verde

É essencial que os jovens de todo o Mundo estejam envolvidos na governança da Internet para garantir que ela seja utilizada de maneira responsável e sustentável, avança Leida Correia e Silva.

O Youth IGF é uma plataforma que visa envolver os jovens nessa discussão. É mais uma celebração do poder da voz dos jovens que agora tem a sua representação em Cabo Verde. “É nosso dever trabalhar para que os jovens tenham um lugar à mesa na tomada das decisões que inevitavelmente moldarão o nosso futuro”, afirmou e aproveitou para anunciar o 1º Fórum da Governança da Internet da Juventude, que irá acontecer no dia 31 de Agosto de 2023 com o slogan “*Nôs Juventude Digital, Nôs Juventude em Movimento*”, um testemunho das iniciativas lideradas pelos jovens.

Painel 3 – Educação digital e alfabetização tecnológica

Moderador: Adriano Andrade Moreno – Diretor Nacional da Educação

Oradores

José Arlindo Fernandes Barreto – Magnífico Reitor da UNICV

Milton Cabral – Project Manager Cabo Verde Digital

Lúisa Chantre – Coordenadora do projeto WebLab do NOSI

José Arlindo Fernandes Barreto, Magnífico Reitor da UNICV, iniciou por destacar a ambivalência do termo Internet: o poder ao alcance de todos ou mercantilização geral? Inteligência coletiva ou a dispersão caótica do espírito? Questionou para depois considerar o tema da Governança da Internet como de grande relevância nas nossas sociedades, associado mesmo à qualidade da democracia. Mas como transformar este num espaço seguro, no qual as informações são credíveis, cujo acesso livre seja igualmente equitativo? Ou então, como preparar os utentes para

um melhor uso desta ferramenta? Continuou a questionar o Magnífico Reitor que considera que a educação digital vai para além da simples educação na internet. Trata-se de fornecer às pessoas as competências, os conhecimentos e a consciência necessária para navegar e utilizar a tecnologia de forma segura, crítica e responsável. Porque a rapidez como que a tecnologia avança exige que a educação acompanhe essa evolução.

Para promover uma educação eficaz é necessário um esforço conjunto entre Governos, sector privado e sociedade civil e as escolas desempenham um papel central nesse processo integrando a educação digital no currículo e capacitando os professores para orientar os alunos para esse novo ambiente digital.

Milton Cabral apresentou dados e gráficos para visualmente dar uma perspetiva sobre a utilização da Internet no Mundo. Segundo Cabral, deve-se garantir que a utilização da Internet seja de qualidade e que as pessoas saibam tirar proveito do potencial. Defende que a Internet deve ser considerada um bem essencial em Cabo Verde para que se possa ter acesso e tirar proveito para amplificar os negócios e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Acredita que a Internet possa ser usada como ferramenta de inclusão social e para isso é fundamenta que as pessoas tenham o conhecimento para fazer uso das ferramentas. “Mas, para além das competências no digital é fundamental observarmos aqueles com menos oportunidades e garantir que esta franja também tenha acesso a esse conhecimento e ao mundo digital. É ter os olhos postos no futuro, mas garantir que ninguém fica para trás”, afirmou o Project manager da Cabo Verde Digital. Outro tema que apresentou é a relação da Inteligência Artificial e os possíveis impactos na nossa sociedade, lembrando que é importante garantir que as pessoas tenham a capacidade de acompanhar essa evolução e oportunidade de fazer a gestão da mudança. E isso toca nas questões da literacia digital e alfabetização tecnológica para prevenir a exclusão digital que poderão trazer outras consequências para a sociedade.

Durante o debate, **Irina Lopes**, da CVTelecom, questionou o que é feito dentro das Universidades para capacitar os alunos na ética da utilização da informática, mas também principalmente nas formações de professores. Apontou ainda que mais do que saber usar as tecnologias deve-se

colocar o foco na ética deste uso no sistema de educação. **Joel Gomes**, estudante do 3º ano da Universidade de Santiago, questionou se a Inteligência Artificial irá substituir o Homem. Pegando na questão, **Andy Anjos**, especialista em Inteligência Artificial e Auditoria de Algoritmos, alegou que tal não irá substituir o Homem, mas sim irá co-ajudar. Na sua resposta, **Milton Cabral** aponta que os pais devem procurar desenvolver a proteção dos seus filhos no ambiente digital, para além da parametrização das ferramentas digitais, com foco na educação offline. Por seu lado, Doutor Arlindo Barreto reforça que educação digital das crianças começa na educação dos adultos.

Lúsa Chantre apontou a importância do projeto WebLab e o seu papel na literacia e inclusão digital, principalmente dos jovens, alunos e funcionários, com formações modulares nas áreas das TIC. Com 44 laboratórios espalhados por todos os municípios do país, o projeto WebLab já formou 24 mil jovens e funcionários desde a sua criação em 2018. Apresentou as vantagens, tais como o aumento da inclusão digital e um maior interesse na área e mostrou também as iniciativas como Hitech Summer, Africa Code Week e o Hora de Código. Aponta a necessidade de se estar dois passos à frente para acompanhar os jovens e os alunos e garante que o projeto contribuiu significativamente para o aumento da inclusão digital ao oferecer computadores e laptops e de proporcionar o uso do laboratório para sonhar e construir.

Considera que os objetivos da WebLab foram cumpridos por ter conseguido aquilo que era o objetivo maior, a literacia e inclusão digital, e que agora deve-se repensar o projeto em outros moldes e dar continuidade.

Durante o debate, **Guevara Cruz**, é Project Manager da Unidade Gestão de Projetos Especiais (UGPE), questionou qual o próximo passo para transformar o desafio da Internet um activo para Cabo Verde. Apontou que é preciso acções corajosas e consistências nas decisões.

Celestino Barros, docente da Universidade de Cabo Verde, questionou o porquê da escolha dos conteúdos acedidos na Internet pelos jovens em Cabo Verde, avançando que talvez seja porque não haja conteúdos nacionais mais adequados às suas necessidades.

Darling Estrela, Community Manager da Cabo Verde Digital, apontou que estará a faltar o interesse dos estudantes para adquirir os conhecimentos para despontarem no mundo digital.

José Maria de Pina, da Comissão Nacional de Proteção de Dados, apontou que a educação offline é reflexo na interação online. Também, disse que a Inteligência Artificial deve ser usada com ética e que as instituições devem acrescentar valores no ambiente online para o benefício dos jovens.

O **Magnífico Reitor da UNICV** na sua resposta disse que a Internet deve ser reconhecida como um bem essencial, mas a real questão é o que se deve fazer com esse reconhecimento. Aponta ainda que com um bom trabalho é possível que Cabo Verde se destaque na produção de conteúdos, para além de ser mero consumidor, apesar de revelar que o país está bem quotado na produção de conteúdos para a rede.

João da Luz Ramos, Diretor Geral das Telecomunicações e da Economia Digital, fez notar que a Internet como bem essencial está para ser aprovada no Conselho de Ministros. O objetivo é levar a Internet para todos, principalmente os mais vulneráveis, tendo o Governo alargado a base dos espaços disponível e aumentar a velocidade, fazendo melhor uso das infraestruturas. Ainda antecipou que para o Fundo Universal para a Sociedade de Informação os *players* do uso dos dados devem participar deste fundo para que seja possível levar a Internet para todos os pontos do país.

Painel 2 – Liberdade de expressão e combate à desinformação online

Moderadora: Gisela Coelho – Associação Sindical dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC)

Oradores

Alfredo Pereira – Membro do Conselho da Autoridade Reguladora para a Comunicação Social

Jailson Correia – Comissão Nacional de Proteção de Dados

Alfredo Pereira, Membro do Conselho da Autoridade Reguladora para a Comunicação Social, iniciou por fazer a diferenciação entre *fakenews* e desinformação, apontando a dificuldade em se criar políticas de combate quando há essa dificuldade de conceitualização desses termos. “E isso provoca a questão de se saber como regulamentar a Internet sem colocar em causa a liberdade de expressão”, afirmou. E acentuou que grande parte das desinformações que circulam na rede não são geradas pelos jornalistas. Destacou a necessidade de se criar uma instituição ou reforçar uma que já exista, com uma base de dados sem precedentes, e que possa reforçar um compromisso apartidário e equitativos, com transparência em relação às fontes, aos financiamentos, e essas instituições deveriam servir como *fact checkers*. Isso permitiria a qualquer cidadão aceder a essa informação e saber se é verdadeira. Quanto à questão de negociação com as grandes redes sociais, avança que só como um bloco de países ou com o continente africano a falar a uma só voz é que será possível ter poder de negociação com essas plataformas.

Jailson Correia, da Comissão Nacional de Proteção de Dados, falou sobre o direito à proteção de dados pessoais versus a liberdade de expressão e informação online. Alertou que ao se divulgar informações pessoais de forma excessiva a pessoa corre o risco de sofrer ataques à sua imagem e bom nome e conseqüente violação dos seus dados. “Caso os nossos dados sejam violados pode ocorrer roubo de identidade e ataques cibernéticos que causam danos” alertou. Uma das recomendações ao compartilhar dados no ambiente online é evitar expor informações sensíveis e íntimas. Também, deve-se ajustar as políticas de uso destas plataformas para se ajustarem às nossas necessidades. Em caso de violação dos nossos direitos no ambiente online, recomendou munir-se das provas e dirigir-se também a instituições como a Comissão Nacional de Proteção de Dados e a Autoridade Reguladora da Comunicação Social e apresentar queixa. “Embora existam leis, não há uma proteção total para todos os casos, pelo que o melhor é precaver”, recomendou.

Durante o debate, **Sá Nogueira**, da ARME, disse que há falta de uma regulação na comunicação social por ter um vazio legal, mas tem dúvida se a quantidade de seguidores configura ao *influencer* o papel de comunicação social. **Leida Correia e Silva** disse que como jovem se preocupa com a liberdade de expressão, apelando para a responsabilidade individual e coletiva quanto a essa liberdade. **José Maria de Pina** afirmou que o tratamento de dados deve ser feito com transparência. **Emanuel Livramento**, da ARME, lembrou que o continente está a se organizar para

a criação de uma zona continental de tratamento de dados, lembrando que África tem um diferencial negativo de produção de conteúdos em relação aos outros continentes.

Painel 4

A presença do português na Internet e nas tecnologias linguísticas e implicações na governação da Internet

Moderadora: Augusta Teixeira – Universidade de Cabo Verde

Oradores

Marta Moreira Dias – Associação DNS.PT

Gilvan de Oliveira – Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil (UFSC)

Heber Maia – Comité Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR)

Gilvan de Oliveira, da Universidade Federal de Santa Catarina, apresentou algumas questões para o Século XXI que a língua Portuguesa enfrenta no ciberespaço. Apontou que o Português está na Internet mais no campo do lazer do que no campo educacional, sendo uma língua com troca deficitária por importar mais bens do que importa. Explicou que existem três Macro-Orientadores para as Políticas Linguísticas em 2023, sendo a digitalização das línguas e as indústrias das línguas, a internacionalização de comunidades linguísticas e a gestão e a regulamentação dos usos do multilinguismo. Explicou as características das Línguas Internacionais e esclareceu as entradas de modelo no Projeto Presença do Português na Internet, apresentando números e projeções. Expôs a análise FOFA da Língua Portuguesa, apontando as suas forças, tais como ser o sexto idioma em

termos de falantes L1, com 44 países com falantes de português, com uma presença mundial do português nas indústrias culturais, com destaque para a música. Nas fraquezas fala da percentagem baixa de falantes conectados, com forte brecha digital em países africanos de língua portuguesa (excepto Cabo Verde), sendo mais consumidor do que produtor de conteúdos. Nas oportunidades elenca a presença do Brasil na Internet, a experiência de Internet de Cabo Verde na África, potencialidade de crescimento L2 e vantagem demográfica com concorrentes próximos (exceto o árabe). Quanto às ameaças enumera a lentidão da superação da brecha digital, o pouco alcance e continuidade de políticas públicas voltadas para a língua, com mais dinamismo em línguas concorrentes.

Heber Maia, da CGI.BR, falou sobre a Governança da Internet e a Língua Portuguesa, iniciando por contextualizar os desafios da era moderna e os impactos na comunicação online. Explanou sobre as revoluções tecnológicas, a tipografia até a Internet. Explicou os fatores tradicionais para a expansão e disseminação das línguas e a Internet como fator dessa propagação. Fatores como a demografia e crescimento populacional, a migração linguística e contatos entre línguas, o poder económico e político, a globalização e influência cultural, a educação e política linguística e a tecnologia e comunicação global. Como mostrou, a Internet e o multilinguismo trazem oportunidades e ameaças. Quanto à governança da Internet, aponta que devem ser tomadas algumas linhas de ação, principalmente na produção de conteúdos em língua portuguesa e também a proteção da comunidade lusófona. Para isso aponta uma pauta imediata para uma ação comum, que engloba a articulação e parceria entre instituições de governança da Internet dos países da CPLP, entre as instituições que produzem conteúdos em língua portuguesa e o projeto de construção de conjunto de dados para IA em língua portuguesa do NIC.Br. Finalizou apresentando a agenda de eventos para a discussão dessa temática.

Marta Moreira Dias, da DNS.PT, abordou a importância do multilinguismo, do acesso aos conteúdos e da inclusão digital e da capacitação. Defendeu que se deve criar estratégias comuns, mas que a Língua Portuguesa não é apenas de Portugal e por isso as estratégias devem ser compartilhadas. O caminho deve trazer vantagens a todos e ser colaborativa e conjunta. Tendo em conta a projeção do desenvolvimento da língua portuguesa pelo Mundo, afirma que os países africanos terão um papel importante na definição dessas estratégias.

Durante o debate, **João Tomar**, Administrador da ARME, elogiou a oportunidade de se ouvir especialistas consagrados nessa matéria, criando maior vontade de se trabalhar sobre o tema da governança na Internet. Garantiu que dará um cunho pessoal para que a ARME possa dar maior atenção a essas questões linguísticas, em especial do português, pelas suas forças, ameaças e oportunidades de uma língua que é nossa também. **António Rodrigues** aponta que há um espaço jovem de comunicação criado no ambiente online que traz desafios. Questiona até que ponto isso irá impactar a comunicação e a interação social. **Arlindo Veiga** disse que uma das fraquezas dessa língua é o Novo Acordo Ortográfico e o dicionário é mais limitado em português para a produção de conteúdos científicos.

Heber Maia defende que se deva trabalhar de forma proactiva para disponibilizar conteúdos em língua portuguesa, construir os recursos e disponibilizar para as comunidades, mas que consiga conviver com as línguas parceiras nos nossos países. **Gilvan Oliveira**, na questão da comunicação intergeracional, defende que a Internet vai produzir os modelos de comunicação dominantes e a juventude vai assumir esse controlo.

Painel 5

Inclusão digital: Desafios da Conectividade

Moderadora: Ana Lima – Diretora do Departamento de Gestão e Controlo do Espectro – ARME

Oradores

José Pedro Antunes – INCODE 2023

Viviane Lima Barbosa – Responsável pela Unidade de Negócios Empresariais da Cabo Verde Telecom

António Rodrigues – Gestor Sénior de Inovação e Novos Negócios da Unitel T+

José Pedro Antunes, da INCODE 2023, iniciou por definir o conceito de conectividade e explanar os impactos da conectividade na sociedade. Tal traz acesso ao conhecimento, informação, notícias, recursos educativos e outros. Esses impactos também são na inclusão social através da participação cívica, no desenvolvimento económico, no acesso ao mercado global, comércio

electrónico, empreendedorismo e inovação, transformação digital das organizações, criação de empregos, etc. Também no acesso a serviços essenciais como serviços públicos, bancários, saúde e educação e também na comunicação em tempo real para eliminar a barreira da distância. Abordou ainda o impacto da exclusão digital como uma barreira à educação e ao conhecimento e, conseqüentemente, ao desenvolvimento económico. Aproveitou também para apresentar a missão do INCoDe.2030, as suas iniciativas e também as metas definidas e a alcançar até 2030. Como explicou, esse programa está dividido em 5 eixos (Educação e Formação Profissional, Qualificação e Requalificação, Inclusão, Formação Avançada e Investigação). Para finalizar apresentou um balanço de Portugal na Europa com a análise de vários índices comparativos.

Viviane Lima Barbosa, responsável pela Unidade de Negócios Empresariais da Cabo Verde Telecom, ao falar sobre a inclusão digital e os desafios da conectividade analisou os dados do Inquérito MC 2022 do INE sobre a penetração da Internet em Cabo Verde, afirmando que em termos de indicadores digitais estamos bem posicionados, mas na alfabetização digital ainda há muito a fazer. Como explicou, a conectividade no mundo digital é importante por ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas, proporcionando novas oportunidades de emprego e de negócios, além de estimular a inovação tecnológica. Contudo, apontou alguns desafios da conectividade: nos centros urbanos com as alterações e atualizações de PDM sem alinhamento com *stakeholders* e a falta de mão-de-obra especializada para a realização de trabalhos técnicos. E nas zonas rurais o vandalismo das infraestruturas de cobre e dos postes, para além da dispersão e mobilidade geográfica dos clientes. Mostrou ainda que a Taxa de Cobertura em Cabo Verde tem aumentado na rede móvel e também rede FTTH através de um investimento constante que a empresa tem feito. Apontou ainda que a CVTelecom tem feito grandes investimentos para conectar o país com o Mundo, tornando-o um *hub* de conectividade no Atlântico. De se destacar a diversidade de Sistemas Internacionais de Cabos Submarinos (WACS, EllaLink e SHARE), a localização privilegiada no Oceano Atlântico central e o acesso direto às rotas internacionais de fibra ótica mais curtas entre os três continentes. Ao finalizar mostrou as perspetivas para a inclusão digital, tais como a Internet das Coisas (IoT), a tecnologia 5G e a realidade virtual e aumentada.

António Rodrigues, Gestor Sénior de Inovação e Novos Negócios da Unitel T+, abordou a questão da Internet como um bem essencial, focando na partilha das infraestruturas, neutralidade tecnológica, no acesso e acessibilidade à rede de uma forma global e na regulação. Para que todo esse ecossistema possa funcionar considera que a regulação é essencial para perceber quem ou não é elegível para evitar correr o risco de agudizar a situação atual. E tudo isso deve levar em conta os custos de implementação e garantir com qualidade. Considera que é impossível ter a Internet como um bem essencial para todos se não for considerada a parte da segurança da rede e das pessoas. “Temos de dar a confiança aos utilizadores porque a segurança é fundamental”, disse. Também é importante trabalhar nas ofertas e aqui recomenda que haja planos acessíveis para todas as camadas da sociedade, mas com qualidade de velocidade de serviço prestado, com segurança e proteção de dados. Considera que só a entrada da Unitel T mais trouxe concorrência e oportunidades para as pessoas, com a expansão da rede móvel e aumento da velocidade, procurando explorar novas tecnologias na procura da eficiência. Aponta a contribuição para a sociedade de informação, o desenvolvimento de programas de cariz social, programas digitais, centros comunitários, centros educacionais e de saúde. Com uma forte aposta nas iniciativas do empreendedorismo, tendo lançado recentemente o programa de empreendedorismo interno chamado UNITEK, em estreita colaboração com a Cabo Verde Digital e outros parceiros. Finalizou assegurando que a Unitel T mais está sempre a inovar por ter um DNA inovador, na procura de ser uma inovação com propósito de trazer valor para os utilizadores.

Painel 6

Proteger a Internet: Melhorar a segurança online para todos

Moderador: Eng.º Nuno Gomes – Coordenador da Unidade de Gestão de Projetos do Especiais

Oradores

Marta Moreira – DNS.PT

João da Luz Ramos – Diretor Geral das Telecomunicações e da Economia Digital

João Cruz – Diretor Nacional da Modernização do Estado

Marta Moreira, da DNS.PT, iniciou por explicar quem é a DNS.PT, uma associação sem fins lucrativos, que visa a segurança e confiança no domínio .pt para além de dinamizar e promover a utilização da internet em Portugal. Esta associação tem-se destacada como um *player* nacional na capacitação e inclusão digital de pessoas e organizações. Apresentou uma fotografia das infrações criminais em Portugal relacionadas com crimes informáticos participados às autoridades policiais. De seguida apresentou o Panorama Regulatório dos Tratados Internacionais, entre os quais a Convenção sobre o Cibercrime (Budapeste 2001), o 1º Protocolo Adicional à Convenção de Budapeste (2003), o 2º Protocolo Adicional à Convenção de Budapeste (2023) e o Global Digital Compact. No panorama Regulatório apresentou ainda a Diretiva NIS, o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e o Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho, e a Diretiva NIS 2 e a Diretiva CER. Lembrando que a sofisticação dos crimes aumentou e o legislador precisa actualizar as formas de combate, algumas através do *soft law* e outros incentivos. Como organização, mostrou o seu papel para influenciar e intervir no processo regulatório nacional e internacional, para além de explicar o papel e competências dos *registries* de domínios de topo da Internet.

João da Luz Ramos, Diretor Geral das Telecomunicações e da Economia Digital, falou sobre como proteger a Internet com o objetivo de melhorar a segurança on-line para todos. Considerou a cibersegurança como um desígnio nacional e mundial devendo-se atribuir responsabilidades aos diferentes actores para garantir que o país esteja protegido contra ciberataques e outros crimes. Considera que Cabo Verde pode melhorar bastante com a implementação da Estratégia Nacional de Cibersegurança, na qual as grandes linhas orientadoras dizem respeito ao respeito aos direitos fundamentais, doutrina de Estado de Direito, a convergência de Tratados Internacionais. Os elementos essenciais passam pela capacitação. Proteger a Internet é uma tarefa complexa que exige medidas nacionais, mas também globais. É por isso fundamental promover a cooperação internacional, proteger as infraestruturas críticas e estabelecer a parceria público-privada, com foco na educação. “A segurança cibernética é um desafio em constante evolução e as estratégias devem se adaptar e evoluir continuamente para acompanhar as ameaças que não tem fim”, alertou. Outro ponto abordado é da melhoria da segurança online para todos. O grande desafio é o financiamento por isso o Governo terá de alinhar para alcançar esses objetivos. Para além disso, apresentou os projetos relevantes que estão em curso e que devem impactar Cabo Verde nos próximos tempos, começando por dois projetos de literacia digital financiados pelo Banco Mundial. Considerou que se está num processo amplo de expansão digital e por isso não se pode ter empresas que não conseguem migrar para o digital. O Fundo Universal será financiado pelos *players* do sector para permitir levar a conectividade lá onde não seja rentável comercialmente para as empresas, mas que as pessoas não podem ficar para trás.

João Cruz, Diretor Nacional da Modernização do Estado, apresentou o tema da Resiliência Cibernética na Administração Pública, como capacidade de continuar a funcionar mesmo após os ataques cibernéticos. Apresentou as infraestruturas críticas do eGov tais como a Rede Tecnológica Privada do Estado (RTPE) que interconecta 700 instituições públicas e com mais de 15 mil utilizadores. Também o IGRP FRAMEWORK com +100 soluções eGOV (desde Educação, Saúde e Sistema Social, Justiça, Educação, Ambiente Empresarial, Municípios, Identificação, Passaport...) na inclusão digital apresentou as Praças Digitais com mais de 150 pontos de acesso através do KONEKTA. Na troca de informações dentro do Estado ocupa-se a plataforma PDEX e ainda apresentou o portal web PORTODINOSILHA com +200 serviços online. No entanto, recorda que em 2020 o país parou por 30 dias por causa de um ataque cibernético. Apelou para que se crie uma cultura de segurança e apontou alguns desafios da cibersegurança, tais como o aumento das medidas de segurança, a identidade digital, a adoção de políticas e procedimentos de segurança, a formação e alerta dos funcionários públicos e a capacitação dos técnicos de TI da Administração Pública. Por fim, apresentou os programas que estão a ser implementados como as novas medidas de cibersegurança. Entre elas o Security Open Center (SOC) e Endpoint Security, a criação da Política de Governança para TI que estabelece objetivos, princípios e linhas orientadoras para a Governança e Gestão de TI. A formação dos servidores público e a implementação da Identidade Digital.

Durante o debate, **António Rodrigues** adverte que é necessário ter uma cultura de segurança. É necessário implementar as políticas de segurança para que se tenha os processos e procedimentos porque não basta apenas o hardware e o software para a proteção. **Guevara Cruz** questiona até quando se usará servidores fora da Rede do Estado para tratar de assuntos da Função Pública ou mesmo como garantir a efetividade dos investimentos feitos no Gov.cv.

Como **João Cruz** reconhece, nem tudo se pode controlar, mas é necessário ter essas políticas de segurança e deve haver responsabilização lá onde for necessária para quem não está a cumprir. Para isso é necessária rever a legislação que está aprovada desde 2010 e adaptar e trazer estas questões de cibersegurança para dentro desta nova legislação.

Sessão de Encerramento

Professor Doutor Arlindo Veiga – pró-Reitor para Inovação Tecnológica e Dados

Após os cumprimentos oficiais, o **Professor Doutor Arlindo Veiga** agradeceu a ARME pela escolha da UNICV para a realização do 3º FORUM DE GOVERNANÇA DE INTERNET. Enalteceu a presença

de alunos da Universidade de Santiago e da UniPiaget neste importante encontro que também contou com o NOSI, Cabo Verde Digital, CVTelecom e Unitel T+ entre outros. Mostrou a importância da Academia no avanço das questões de cibersegurança, falando dos cursos de Pós-Graduação em Cibersegurança que a UNICV já ministrou e de outros que tem em projeto para iniciar que é visto como o contributo da Academia para colmatar essa área que Cabo Verde não tem bom desempenho. Desejando que o 4º FORUM DE GOVERNANÇA DE INTERNET tenha tanto sucesso como esse, encerrou o evento.